

# + MPM | Movimento pelo Concelho



## Assembleia Municipal de 15 de Dezembro de 2023.

8. PROPOSTA DE INSTRUMENTOS PREVISIONAIS DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE PARA O ANO DE 2024: DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS PREVISIONAIS E MAPA DE PESSOAL PARA O PERÍODO DE 2024/2028

### Declaração de voto

O planeamento de um orçamento obedece a leis, regras e a formulas, a que nenhuma câmara pode escapar.

Dentro desse enquadramento existem princípios a seguir, a que o executivo não pode fugir, de que se salientam:

- a) Princípio da legalidade;
- b) Princípio da estabilidade orçamental;
- c) Princípio da autonomia financeira;
- d) Princípio da transparência;

Perante as críticas da oposição, até podemos pensar que o orçamento é curto porque o executivo assim quer e não porque as regras não permitem que seja diferente.

Longe vão os tempos em que as autarquias podiam gastar fazendo dividas descomunais, tendo prazos de pagamento a fornecedores a perder de vista...

Quanto aos gastos em despesas correntes, expressão tão utilizada na argumentação de alguns, reconhecemos que é um facto, na Marinha Grande e em todas as Câmaras Municipais... todas se queixam.

De facto, e entrando nos números, 1/3 do orçamento vai para a grande aposta na educação: 11.722.042,00€. Finalmente temos um executivo que considera a educação como uma grande prioridade municipal. Também sabemos que, com o processo de delegação de competências da educação, temos um saldo negativo de 1,5 milhões€, situação que já obrigou o executivo a várias diligências com a DGESTE, DGAL, entre outras entidades públicas.

Este orçamento também reflete o investimento do Município no apoio à família, com custos reduzidos nos serviços das AAFs CAFs, material didático, gratuidade das fichas de trabalho até ao 9. Ano, a gratuidade dos transportes escolares e transportes para o ensino articulado.

O Fundo de coesão social tem dado resposta às situações sociais mais críticas, estamos a apoiar as famílias com subsídios para renda ou empréstimo de casa, medicação, pagamentos de despesas de eletricidade, gás, telecomunicações, entre outras despesas.

Sobram, pois, 6.6 milhões€ para PPI. É pouco? Concordamos. Até à integração do saldo de gerência este é o valor possível.

Na verdade, o verdadeiro orçamento para 2024 é o que irá resultar da integração do saldo de gerência, com a integração das grandes opções do investimento. Sabemos que a ansiedade é muita para que este executivo cumpra o que outros não realizaram nos 20 anos passados, mas, honestamente, todos sabemos que essa exigência não é justa.

Gostávamos que todas as forças políticas, em particular a CDU (que votou contra o orçamento) estivessem ao lado do executivo para, de forma responsável, se juntarem à história dos que estão a trabalhar e investir:

554 mil€ Saneamento e águas  
280 mil€ Habitação Social  
320 mil€ Pavimentações e requalificações  
3.4 milhões€ Educação  
1 milhão€ Ação Social

E mais 1 milhão€ em projetos diversos: Café da Praia, Requalificação Parque Mártires do Colonialismo, Piscina Municipal, Auditório Antonio Campos, Requalificação pavilhão Albino Reis Paulo, Pavilhão Gimnodesportivo da Moita, Requalificação de passadiços, etc.



Gostaríamos ainda que ficassem associados ao investimento na educação, que não tem precedentes, às melhores condições remuneratórias dos trabalhadores, em vez de optarem por declarações politizadas fundamentadas em ideias que, sendo sérios, sabem que, de momento, não há condições financeiras para as realizar (ex: variantes).

Ainda estamos num cenário autárquico em que muitas das principais necessidades são primárias, não comparáveis com estados de desenvolvimento já atingido por outros municípios, municípios que nos últimos anos tiveram autarcas que souberam planear para depois colher os frutos.

Toda essa construção está a ser feita agora.

A presente votação também reflecte que algumas forças políticas repensaram a posição assumida no ano passado, quando votaram contra o orçamento, inviabilizando-o. Revela que perceberam que tal decisão impossibilitou este executivo de cumprir várias ações, limitando os níveis de execução municipal, em pelo menos três meses, e que os seus objetivos estritamente eleitoralistas não foram bem acolhidos na comunidade.

Os marinhenses não apreciaram o facto de estarem a obstaculizar a ação estruturada e empenhada do atual executivo.

Embora estas assembleias e as reuniões de camara sejam assistidas em média por menos de 1% da população do concelho o que nós decidimos aqui tem impacto na vida dos Marinhenses, Vieirenses e Moitenses.

Desta vez o bom senso e o sentido de responsabilidade imperou, ainda bem.

Hoje, como sempre, a História nos julgará pela missão que estamos a cumprir.

Os Deputados,

Angela Sousa  
Artur Jorge  
Carlos Alves  
Carlos Dinis  
Carlos Laranjo  
Edgar Wilson  
João Granja  
Jorge Brigido  
Maria Neves  
Vanessa Rocha

